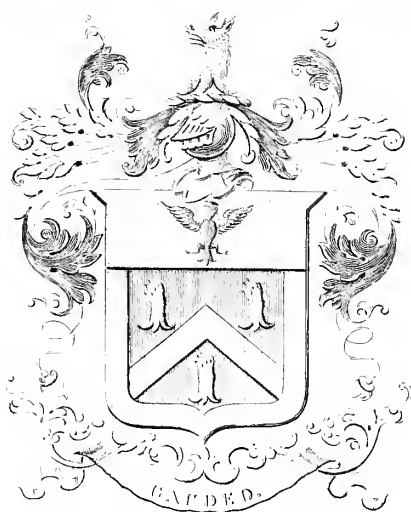


*Am Philoso Society*



John Carter Brown  
Library  
Brown University



9  
The first of these is the fact that the  
the second is the fact that the  
the third is the fact that the

the fourth is the fact that the  
the fifth is the fact that the  
the sixth is the fact that the

the seventh is the fact that the  
the eighth is the fact that the  
the ninth is the fact that the

the tenth is the fact that the  
the eleventh is the fact that the  
the twelfth is the fact that the

the thirteenth is the fact that the  
the fourteenth is the fact that the  
the fifteenth is the fact that the

the sixteenth is the fact that the  
the seventeenth is the fact that the  
the eighteenth is the fact that the

the nineteenth is the fact that the  
the twentieth is the fact that the  
the twenty-first is the fact that the

the twenty-second is the fact that the  
the twenty-third is the fact that the  
the twenty-fourth is the fact that the

the twenty-fifth is the fact that the  
the twenty-sixth is the fact that the  
the twenty-seventh is the fact that the



# A VERDADE EM CAMPO

CONTRA O APELLO A OPINIÃO PUBLICA

FEITO

*Turn bank & Cooney*

POR MANOEL FELIZARDO CARVALHO E ALMEIDA.

**S**E a honra offendida não tivesse meio algum de se levantar triunfante sobre os sofismas d'um monstro calunniador, ver-se-hia o Cidadão virtuoso nas tristes circumstancias de gemer debaixo do pezo da infamia, denegrido aos olhos do Publico. Nós temos visto nesta época surgirem do pó insectos desprezíveis, e avançarem a morder pessoas em todos os tempos invulneraveis, e sempre acreditadas pela regularidade de sua conducta. Porém assim como ha hum arte para cingir a verdade de négras sombras, tambem ha outra para a dezafrontar na presença do Publico. O abaixo assignado repellido os insultos do Appellante para a opinião Publica vai expor com a maior simplicidade a successão dos factos, que apparecem maliciozamente alterados, e confundidos no precitado Appello. D. Anna Maria de Jezus, Viuva do Capitão Antonio Gomes Ferreira, Sra. conhecida por suas riquezas, vivia na sua chacara do Engenho velho exposta á todo o rigor da immoralidade de hum sobrinho, por nome José Gomes Ferreira, que com os titulos de seu Procurador, havia estragado todos os bens do casal, vendendo terrenos por escripturas dolozas em que já se assignava como Procurador, já como futuro herdeiro por se achar perfiliado por sua Tia, o que consta das mesmas Escripturas appensas ao Inventário da Viuva, no Cartorio do Escrivão Joaquim José de Castro, chegando a ponto de reduzir a dita Viuva a maior miseria pela abuziva, e doloza alienação dos seus bens; ajuntando á esta deterioração Publica, insultos dirigidos á sua Tia; ameaças contra a sua vida, espancamentos craes nos seus escravos, a prepotencia em fim d'hum Tyrano, que talvez dentro de poucos dias avançasse a lhe tirar a vida para devorar os ultimos restos do casal já tão arruinado. Vio-se a Viuva constangida a retirar-se da sua chacara para a Cidade, fugindo ao perigo ameaçador de sua existencia, e aqui tirou todos os poderes de Procurador bastante, que auctorizavão o dito José Gomes Ferreira, desfez a escriptura de perfiliação, que antecedentemente havia lvrado, e conseguiu hum intimação do Conselheiro Intendente Geral da Policia, Paulo Fernandes Vianha, para que o dito José Gomes, sahisse da sua chacara.

Tal era o lamentavel estado em que se achava a referida D. Anna Maria de Jezus, quando o abaixo assignado impellido por huma pessoa de alta consideração foi chamado a sua casa no largo de Santa Rita, para tratar dos seus negocios, dos seus bens, ficando desde logo cons-

tituído seu Procurador, com a plenitude dos poderes necessarios para encher o lugar de Administrador geral da casa. Não podia prever o novo constituído que sobrecahirião em cima da sua pessoa todos os males, que o ciúme, a ambição, e mafevolencia d'homens por todos os titulos malvados suscitarião contra elle. Firme nos sentimentos d'honra, que sempre distinguirão a sua conducta, entrou na referida administração, achando a casa em hum lastimozo deficit, porque o dito José Gomes tinha consumido o producto dos arrendamentos de muitos annos adiantados. Tratou logo o novo Procurador de promover a sentença final de huma antiga demanda interposta pelo mesmo José Gomes, que foi rezolvida em favor da Viuva, estando ella á ponto de perder, além do mais já destruido, dons contos e novecentos e tantos mil réis por huma violenta usurpação do dito Gomes Ferreira. Passou depois a arranjar os negocios da casa, cuidando nos alimentos da sua constituinte, tratando de entropar, e nutrir mais de trinta pessoas de sua obrigação, gastando em tudo o novo Procurador avulsadissimas quantias do seu dinheiro, porque tal era a dezordem em que se achava o casal, que nesse tempo não tinha a Viuva á quem recorresse para o mais pequeno emprestimo, tendo ella ainda bens de raiz disponiveis. Adoecendo a mesma Sra., convocou hum Junta composta dos Mediecos Azere-do, Mello Franco, e João Alves Carneiro, Cirurgião assistente, que permaneceu a seu lado até a sua morte, em que talvez os annos crescidos tivessem mais influencia do que a enfermidade. Apella-se para todos os moradores do Engenho Velho, que testifiquem a verdade do exposto, e julguem elles se o Appellante para a opinião publicæ, pôde entrar em linha de comparação com o abaixo assignado.

A vista pois da boa ordem em que o abaixo assignado havia posto a casa da Viuva, e do quanto havia despendido como seu Procurador, não admira que ella, não tendo parentes, lhe deixasse a meação dos seus bens, os quaes justamente se pôde dizer que forão revindicados, e conservados pelas diligencias do mesmo Procurador, mas em todos os tempos existirão na classe mais obscura da sociedade homens intrigantes, propensos ao mal, perturbadores do socego do Cidadão, e capases pelo espirito de vingança de commetterem as maiores atrocidades. Manoel Felizardo Carvalho, e Almeida tem hum direito indisputavel á este barrete. Existia concentrado em seu negro coração

o desejo de se vingar de huma repulsa que lhe fizera o Procurador da referida Viuva, ainda em sua vida, oppondo-se à huma maliciosa pertença com que o dito Felizardo, em razão de vizinho da chacara da dita Viuva se queria hir introduzindo para abrir hum caminho pelo meio da chacara por meio de palavrinhas doces, e offer-tas de serviços. O Procurador julgou em sua consciencia que se devia oppor, e a sua opposição produziu a scena, que hoje apparece em Publico mas tão mal tecida, que só servirá de infamar o Auctor, e de o excluir da communhão dos homens honrados. A penas se divulgon que o abaixo assignado, Procurador da Viuva falecida ficava seu Herdeiro, e Testamenteiro, foi ter com José Antonio Alves Rodrigues, Procurador habilitado dos herdeiros, residentes em Portugal por parte do marido da Viuva falecida, offerecendo-se para ser *gratis* Procurador daquelles herdeiros, e conseguiu que o dito José Antonio o substituesse em seu lugar. Neste entretanto reconciliou-se com o abaixo assignado, persuadindo-lhe que deixasse de ser Inventariante, porque elle tudo arrumaria em paz, e sem offensa dos direitos dos compartes da herança. Desistio elle do direito, que lhe competia como herdeiro presente; porém a penas o precitado Manoel Felizardo se vio com este poder soltou as manguihas de fóra galopeou a grande, meteu lanças em Africa; fez planos de Castellos, e lançando hum golpe de vista sobre a chacara do Engenho Velho, disse eu vou ser Snr. proprietario deste terreno. Tão cego, e tão louco he o seu orgulho. O abaixo assignado vendo as disposições d'huma horrivel tempestade, procurou por pessoas de influencia sobre o dito Felizardo harmonizar-se com elle, com tudo era tarde; huma fatal necessidade o arrastava ao abismo, e parecesse que a mesma Providencia queria que os Brasileiros conhecessem o pessimo caracter do contendor.

Souberão os herdeiros de Portugal que a primeira avaliação montava a trinta, e dois contos de réis, pertencendo 16 ao abaixo assignado pelo direito da meação, e devendo ser os outros 16 divididos pelos herdeiros existentes em Portugal. Escreverão-se da qui, por intermedios sinistros, cartas a Bento José Dias de Castro para procurar os herdeiros, e amedrontalos com huma horrivel pintura do estado da herança, figurando-a já sequestrada pelo Thezouro Nacional, aponto de ficarem persuadidos os pobres herdeiro que fazião negocio em venderem ao dito Castro por dois contos, e seis centos mil réis a parte da herança, que lhes competia, recebendo a penas depois de mil tramoiás dois contos de réis, como consta da escriptura, e documentos existentes, que sahirão

a publico. Castro comprando para si a herança em 1822, em 1823 passou escriptura de venda à certa pessoa desta Cidade, cujo nome por agora deixamos no tinteiro, ficando assim escondida a embrulhada dos tratantes complicados no negocio. Requeiro o celebre Felizardo em 1823 a S. M. I. para que mandasse ao Juiz do Inventario, que procedesse immediatamente a partilha dos bens, dos quaes o dito Felizardo era Procurador bastante, mas teve por despacho que uzasse dos meios ordinarios, ficando assim a partilha sem effeito, e o Sequestro intentado contra os herdeiros de Portugal sem effeito. Acha-se o requerimento em poder do abaixo assignado, comprovando a horrivel combinação do malvado Procurador.

Ajuize agora o publico sobre este importante negocio. Persuadia-se o Felizardo que S. M. I. mandaria immediatamente separar os bens sem os meios judiciaes, que se faria o Sequestro; mas apparecendo nessa occasião certo sugeito desta Cidade com escriptura de venda passada anteriormente, tomava posse, e o Thezouro ficaria olhando sem realizar o Sequestro. Todos estes papeis, e escripturas authenticas vindas de Portugal parão em poder do abaixo assignado, e logo que sejam ajuizados serão offerecidos ao Publico para conhecer o caracter do monstro Appellante, e de todos os seus cumplices. Saiba por ultimo o Publico que o dito Manoel Felizardo já foi citado para não ser Procurador dos herdeiros de Portugal; que a sua Procuração se acha ajuizada no Cartorio de Joaquim José de Castro; que não póde consequentemente ser Inventariante: que o abaixo assignado vai desde já tomar posse de tudo para proceder a partilha, e declara que desde a data da citação ficão sem vigor, legalmente nullos todos os contractos de vendas, arrendamentos, de alienação de bemfeitorias feitos em nome do dito Felizardo, assim como quaesquer pleitos por elle intentados, e já em marcha nos Juizos desta Corte. Confia por ultimo o abaixo assignado que os Snrs. Dezembargadores da Relação não poderão consentir que vão a diante os tramas de hum homem, que só procura inquietar, e perturbar o socego dos homens de bem, offerecendo-se para sustentar as mais infundamentadas demandas, como fez a José Gomes Ferreira, excluido da herança que lhe pertenciria senão fosse desperfilhado pela Viuva ainda em sua vida; em huma palavra terminante espera que hum astucioso tão baixo fique conhecido, e abandonado ao desprezo universal dos seus Concidadãos.

José Joaquim Pimentel.

Reconhecido pelo Tabellião Perdigão.

# EXPOSIÇÃO

## AO RESPEITAVEL PUBLICO

Em consequencia da Portaria da Secretaria d' Estado dos Negocios da Justiça, inserida no Diario Fluminense N. 113 de 22 de Maio do presente anno.

LUiz Sebastião Fabrêgas Surigné, vendo no Diario Fluminense N. 113 de 22 de Maio proximo passado hum Portaria da Secretaria d' Estado dos Negocios da Justiça, dirigida ao Conselheiro Intendente Geral da Policia, relativamente ao Facto aggravado na dita Portaria em consequencia da informação do Conselheiro Intendente, e á que a precitada Portaria se refere; tem a honra de informar ao Respeitavel Publico, e mui especialmente áquelles Senhores, á quem he pessoalmente conhecido, que não sendo consistente, nem com a sua educação, nem com o seu modo de pensar, e de viver continuar a servir em hum Lugar e n' hum Estação aonde teve de experimentar o desagradavel lance, em que a Portaria referida o collocou: tem elle annunciante dirigido á Augusta Presença de S. M. I. hum requerimento, pelo qual requereo Demissão de hum Lugar e exercicio, que lhe havia sido conferido pelo mesmo Conselheiro Intendente sem Supplica ou Requerimento seo, em virtude das qualidades, que reconheceo concorrerem nelle para o exercer; e como em toda a embrulhada, que deo occasião á Portaria, nada he digno de séria attenção, á excepção do colorido, com que na Informação do Conselheiro Intendente Geral da Policia se pertendeo denegrir o facto chamado — *Tráscendente abuso de tirar da Secretaria da Intendencia a Portaria original* —; declara o annunciante, para conhecimento de todos, que a Portaria em questão lhe foi entregue publicamente na Secretaria pelo Official, que na respectiva occasião servia de Official Maior, depois deste a ter mandado registrar, bem como se entregão á Partes interessadas os Titulos; que lhes são dirigidos para intelligencia, ou execução sua; tanto mais assim, quanto a elle annunciante não se expedio outro algumTitulo, ou Officio do então Official Maior com a necessária copia, donde se collige, que elle annunciante ficou com a Portaria comoTitulo seo, com toda a Boa Fé, e com conhecimento das Pessoas da Secretaria, servindo-se della com a maior lisura, como Documento que acompanhou a representação, que motivou a referida Portaria do Governo; o que jamais teria feito, se elle não conhecesse que esteTitulo era seo; que lhe tinha sido dado sem cláusula alguma, sem outro algum aviso ou copia; e bem como nas mesmas Secretarias d' Estado se entregavão ás Partes seus Titulos originaes. De tudo o que, se collige, que a increpação feita ao annunciante na Portaria nem tem, nem pôde ter elemento algum de convicção contra elle, e só sim pôde servir para evidenciar a miseria da manobra; com que se pertendeo arguir ao annunciante de se servir de humTitulo, que se lhe deo (talvez por humamal entendida pratica) que todavia na sua falta devia ter sido supprido por hum Ordeni Official do então Official Maior acompanhada da copia do mesmoTitulo, que se lhe entregou em Original.

O annunciante submettendo ao Respeitavel Publico a copia do requerimento, que dirigio a S. M. I. para sua Demissão, assegura, que tem em

73-341A  
CB  
P8539  
1810  
1  
1-512E  
V.I

seu poder todas as Attestações necessárias de boa conducta, exacção, e prestimo durante o seu emprego na Secretaria da Intendencia, como Official e Interprete; e que se requereu a Demissão do Lugar, foi por lhe parecer desairoza a conservação de hum Lugar Publico aonde elle foi tratado tão mesquinamente, tendo sempre cumprido os seus deveres, e sujeitado-se até a servir lugares que jámais lhe poderiam pertencer.

### REQUERIMENTO.

SENHOR.

**D**iz Luiz Sebastião Fabregas Surigué, que achando-se desde 19 de Agosto de 1823 empregado em a Secretaria da Intendencia Geral da Policia na qualidade de Interprete e Official della, e tendo servido desde o seu ingresso até meado do mez de Maio proximo passado, teve então o grave desgosto, e desairoza sem-aboria de se ver quasi que insensivelmente envolvido na embulhada que deo occasião á Portaria do Ministerio da Justiça de 19 de Maio de 1824, que por isso que já foi levada á Augusta Presença de V. M. I., torna inutil nova exposição, visto que nella teria o supplicante de replicar contra a maneira pouco decente, e menos liza com que se procurou indispor o Animo de V. M. I. contra o supplicante: E como que em huma tal situação, e á vista da educação do supplicante, e sua constante conducta, se torna inconsistente com o seu modo de pensar, e de orçar as vantagens e interesses desta vida, continuar a servir no Lugar onde teve de experimentar tão sensivel dissabor; — Pede a V. M. I. Se Sirva Ordenar se lhe dê demissão do Lugar de Interprete e Official da Secretaria da Policia, Lugar nunca por elle requerido, e que lhe havia sido conferido pela mui reconhecida concurrencia de circumstancias, de prestimo, e boa conducta, reservando-se o direito de se offerecer a V. M. I. para bem do Serviço Nacional, e na extensão das suas forças, protestando humildemente contra a maneira verdadeiramente desabrida, com que se procurou aggravar na Presença de V. M. I. hum simples desforço contra o augmento de Serviço Oneroso e com cláusulas desairosas, como se jámais fossé, ou tivesse sido necessario, estimular o supplicante no desempenho de seus deveres, desempenho não só publico e notorio, como attestado pelas Autoridades com quem lhe coube servir. Roga, por tanto, a V. M. I. Se Digne Ordenar se dê ao supplicante a demissão requerida. E R. M.

Luiz Sebastião Fabregas Surigué.

RIO DE JANEIRO 1824. NA TYPOGRAPHIA DE TORRES.





